

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.593.922 - SP (2019/0293670-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : ADRIANA ANTONUCCI SILVEIRA GOUVEIA
ADVOGADO : ADRIANA ANTONUCCI SILVEIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP200764
AGRAVADO : TECNISA S/A
AGRAVADO : KIRRA INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ADVOGADOS : ELISA JUNQUEIRA FIGUEIREDO TALIBERTI E OUTRO(S) - SP148842
RICARDO TEIXEIRA DO NASCIMENTO - SP315662
NATHÁLIE MARANHÃO GUSMÃO PINCOVSKY DE LIMA - SP358799

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, interposto por ADRIANA ANTONUCCI SILVEIRA GOUVEIA, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, em face do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 201):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - Compra e venda de imóvel - Ação de indenização - Fase de cumprimento de sentença - Decisão que o depósito realizado pela executado foi feito como garantia aplicando multa e honorários advocatícios de 10% cada - Depósito judicial do valor apontado como devido dentro do prazo de 15 dias da intimação - Não aplicação das penalidades estabelecidas no § 1º do art. 523 do CPC - Decisão modificada - Recurso provido.

Os embargos de declaração restaram rejeitados.

Em suas razões recursais, a insurgente alega ofensa ao artigos 523, § 1º, do NCPC, sustentando, em síntese, o cabimento da aplicação de multa, bem como a condenação da recorrida ao pagamento de honorários advocatícios, porquanto o depósito efetuado pela agravada foi com o intuito de garantia e não de pagamento, do débito em questão.

É o relatório.

Decido.

A irresignação prospera.

Na hipótese, o eg. Tribunal *a quo* concluiu pelo descabimento da aplicação

de multa, bem como da condenação da parte agravada ao pagamento de honorários advocatícios, autonomamente da alusão expressa por parte da executado se o montante depositado seria para pagamento ou para eventual caução para efeito suspensivo da impugnação, conforme se denota do seguinte excerto do aresto recorrido:

Portanto, efetuado o depósito judicial da quantia apontada como devida (R\$ 39.608,48 - fls. 94 dos autos principais) dentro do prazo de 15 dias da intimação para pagamento, devem ser afastados os acréscimos de multa e honorários (art. 523, §1º CPC), independentemente da menção expressa pelo executado se que o valor seria para pagamento ou para eventual caução para efeito suspensivo da impugnação.

Quanto à multa de 10% e de honorários advocatícios, do art. 523, § 1º do NCPC, esta Corte Superior de Justiça firmou entendimento de que a multa do referido dispositivo legal somente será excluída se o executado depositar voluntariamente a quantia devida em juízo, sem condicionar seu levantamento a qualquer discussão do débito.

No mesmo sentido, sirvam de ilustração os seguintes precedentes desta Corte:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM PEDIDO DE COBRANÇA. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO ESPONTÂNEO. INCIDÊNCIA DE MULTA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Observa-se que as matérias referentes aos arts. 9º e 525, do Código de Processo Civil, não foram objeto de discussão no acórdão recorrido e a parte recorrente não manejou os necessários embargos de declaração objetivando suprir eventual omissão. Portanto, não se configura o prequestionamento, o que impossibilita a apreciação de tal questão na via especial (Súmulas 282 e 356/STF).

2. A multa a que se refere o art. 523 do Código de Processo Civil de 2015 será excluída apenas se o executado depositar voluntariamente a quantia devida em juízo, sem condicionar seu levantamento a qualquer discussão do débito.

*3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1271636/SP, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 20/11/2018)*

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. MULTA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. A multa a que se refere o art. 523 do Código de Processo Civil de 2015 será excluída apenas se o executado depositar voluntariamente a quantia devida em juízo, sem condicionar seu levantamento a qualquer discussão do débito.
3. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1688698/DF, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 04/05/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. IMPUGNAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PEDIDO DE INDEFERIMENTO LIMINAR REJEITADO. ASTREINTES. REVISÃO DO VALOR. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO AUTOMÁTICA DA MULTA DO ART. 475-J DO CPC/73. DESCABIMENTO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO DESPROVIDO.

(...)

3. A aplicação da multa de 10% do artigo 475-J do CPC/73 somente incidirá após intimado o devedor, na pessoa do seu advogado, e decorrido o prazo para cumprimento voluntário da obrigação imposta na decisão condenatória, não incidindo a penalidade de forma automática.
4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1332730/MS, Rel. Ministro **LÁZARO GUIMARÃES** (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 25/06/2018)

Por sua, vez, dispôs o juízo *a quo* que o referido depósito deu-se como forma de garantia, e não de pagamento, in verbis:

O depósito em questão, embora realizado no prazo de 15 dias, o foi com a ressalva de eventual impugnação ao cumprimento de sentença (fls. 92/93), portanto à guisa de garantia, não de pagamento. Sendo assim, e cuidando-se de execução definitiva (pois o crédito perseguido não era alvo de recurso), incorreu a executada na multa de 10% e nos honorários advocatícios de 10%, nos termos do artigo 523, §1º, do Código de Processo Civil. (fl. 154)

Superior Tribunal de Justiça

Nesse contexto, em que houve depósito para impugnação, a conclusão adotada pelo acórdão recorrido destoa do entendimento da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de incidência da multa do artigo 523, § 1º, do CPC/2015 (antigo 475-J do CPC/1973), pois o devedor intimado para pagamento deposita o valor condicionando-o a impugnação ao cumprimento da sentença.

Em relação aos honorários de advogado este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento em sede de recurso especial repetitivo (REsp 1.134.186/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe 21/10/2011), na perspectiva de cabimento de honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença, haja ou não impugnação, caso não ocorra o pagamento voluntário do valor da dívida, no prazo de 15 dias, como ocorreu na hipótese.

Assim, no caso em exame, imperiosa a reforma do aresto recorrido, a fim de condenar a parte recorrida ao pagamento da verba honorária, bem como à multa, por não ter sido adimplido voluntariamente o débito, após regular intimação do devedor para tanto.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial a fim de aplicar à parte recorrida a multa de 10%, bem como condená-la ao pagamento dos honorários advocatícios de 10%, ambos sobre o valor do débito, nos termos do art. 523, § 1º, do NCPC.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO
Relator